

CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA ATA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA E CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA. Aos 11 (onze) dias do mês de outubro de 2016 (dois mil e dezesseis) às 18h (dezoito) horas, no Plenário da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, situado à Avenida Doutor Victor Maida nº 563 – Centro de Ibitinga-SP, foi iniciada a Centésima Quadragésima Nona Sessão Legislativa Ordinária desta Legislatura, sob a presidência do Vereador Windson Pinheiro, Presidente desta Casa de Leis. Estavam presentes à Sessão todos os Senhores Vereadores. O Presidente informou que devido ao mau tempo a presente Sessão atrasou para ser iniciada e que não estava sendo transmitida ao vivo pela rádio local porque a emissora estava sem energia elétrica. Para tanto, o áudio desta Sessão está sendo gravado e ficará disponível no site oficial da Câmara Municipal. A Sessão foi iniciada com a **VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR** que foi aprovada por unanimidade dos votos dos presentes. Em seguida, iniciou-se a leitura da matéria: **RECEBIDOS DO SENHOR PREFEITO**, constando **PROJETOS:** PLO Nº 120/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a suprir dotações do orçamento vigente. PLO Nº 121/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. PLO Nº 122/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. PLO Nº 123/2016, que autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a atender insuficiências de dotação orçamentária. PLO Nº 124/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. PLO Nº 125/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. **OFÍCIOS:** Nº 295/2016, solicitando retirada de tramitação do PLO Nº 111/2016, que dispõe sobre autorização do Poder Executivo Municipal a ceder por tempo determinado, terreno à ECOVITA Incorporadora e Construtora Ltda. Nº 296/2016, enviando resposta ao Requerimento nº 208/2016, requerendo informação sobre implantação do Programa Residência Educacional. Nº 297/2016, em resposta ao Requerimento nº 211/2016, requerendo informações sobre lixos, entulho e carros abandonados. Nº 298/2016, em resposta ao Requerimento nº 131/2016, requerendo informações sobre cerca viva próxima ao lixão. Nº 302/2016, encaminhando Relatório Resumindo da Execução Orçamentária do 4º bimestre do ano de 2016. Nº 303/2016, encaminhando os balancetes da Receita e Despesa consolidados do mês de agosto de 2016. **RECEBIDOS DOS SENHORES VEREADORES**, constando: **PROJETO:** PLC Nº 21/2016, de autoria do Vereador Antônio Esmael Alves de Mira, que altera a Lei Complementar Nº 82, de 18 de julho de 2014, que estabelece normas para construção e funcionamento de postos revendedores de derivados de petróleo e álcool para fins automotivos no território do município; e a Complementar Nº 08, de 21 de agosto de 2009, que institui o Código de Obras do Município da Estância Turística de Ibitinga. **EMENDA:** Nº 20/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, Subemenda Modificativa a Emenda Nº 46/2015, que altera o PLC Nº 22/2016 – Projeto de Lei Complementar – alterando a Lei Complementar Nº 03, de 21 de agosto de 2009, para dispor sobre a responsabilidade do loteador pela solidez, segurança e recuperação de loteamentos. **PARECERES:** Nº 127/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 78/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. Nº 128/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 79/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Nº 129/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 83/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. Nº 130/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 84/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Nº 131/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 103/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. Nº 132/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 104/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Nº 133/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 106/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. Nº 134/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 107/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Nº 135/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e

Contabilidade, favorável ao PLO Nº 109/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. Nº 136/2016, da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 110/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Nº 137/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 113/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a cobrir despesas da Secretaria de Desenvolvimento Social. Nº 138/2016, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao PLO Nº 114/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Fundação Educacional Municipal da Estância Turística de Ibitinga – FEMIB, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a suprir insuficiências de dotação orçamentária. Nº 139/2016, da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, favorável ao PLC Nº 22/2015, que altera a Lei Complementar nº 03, de 21 de agosto de 2009, para dispor sobre a responsabilidade do loteador pela solidez, segurança e recuperação de loteamentos. Nº 140/2016, da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, favorável ao PDL Nº 08/2016, que consigna Título de Cidadã Ibitinguense a Senhora Ivanilda Maria Velozo Grella. **REQUERIMENTOS:** Nº 212/2016, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações referentes a contratos médicos. Nº 213/2016, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações da Santa Casa sobre repasses do Governo Federal. Nº 214/2016, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo retirada da Moção de Apoio nº 116/2016. **INDICAÇÕES:** Nº 87/2016, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, indicando manutenção do alambrado que circunda a área verde onde está localizada a base da Polícia Ambiental. Nº 88/2016, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, solicitando agilidade no término das obras de canalização de água e esgoto na Rua Sebastião Roncada. **RECEBIDOS DE DIVERSOS:** Nº 299/2016, do Capítulo Estrela de Ibitinga, convidando para o “Arrastão da Solidariedade DeMolay”. Nº 300/2016, do Financeiro da Câmara Municipal de Ibitinga, encaminhando balancete da Receita e Despesa do mês de setembro de 2016. Nº 301/2016, da Fundação Florestal, encaminhando Informação Técnica APA Ibitinga 01/2016. Após a leitura, passou-se para **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MATÉRIA – REQUERIMENTOS:** Nº 212/2016 – o Vereador Valdecir, autor do Requerimento, disse que foi questionado por alguns profissionais da área da saúde a respeito deste assunto, por isso necessita das informações. Também disse que é muito importante que a população não fique sem atendimento médico e não lhes falte medicação. O Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 213/2016 – o Vereador Valdecir, autor da propositura disse que os repasses dos governos para a saúde são de grande valia para nossa população e que os deputados que apoiaram o atual gestor são os que ajudam esse setor. Por isso está solicitando para que estes deputados não interrompessem esses repasses, mantenham essas verbas deixando a perseguição e a revanche de lado. O Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Terminada a discussão e votação da matéria, passou-se para a **TRIBUNA LIVRE DOS VEREADORES.** O Vereador Valdecir usou da palavra cumprimentando a todos e disse que ficou sabendo que haverá concurso público para procurador jurídico desta Casa e espera que este não esteja dirigido a certos advogados que se encontram no corpo jurídico da Câmara. Disse também que oficializará o Ministério Público para que fiscalize este concurso, porque se membro dessa Casa for consagrado no referido cargo, será uma vergonha nacional. Espera que outros profissionais tenham oportunidade de prestarem esse concurso e possam ter a chance de ser o jurídico dessa Casa. Disse que ouviu rumores de que a Santa Casa de Ibitinga está indo a leilão, mas não sabe se isso é verdade, porém se for, é muito suspeito isso acontecer logo após as eleições e encerrou dizendo que eles devem administrar pelo povo ibitinguense. O Presidente disse que com referência ao concurso público, há tempos foi feita a concorrência da empresa e que por problemas com a geração de boleto, no qual o Banco do Brasil não conseguiu fazer em tempo, está sendo publicado e divulgado nas mídias e, todos são livres para participar e prestar o concurso. Terminada a Tribuna Livre o Presidente anunciou 15 minutos de intervalo. O Vereador Leopoldo solicitou a dispensa do intervalo, sendo apoiado pelo Plenário. Passou-se então para a **ORDEM DO DIA.** Constatou-se o Requerimento de Urgência Especial e inclusão na Ordem do Dia: PLO Nº 116/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a cobrir despesas com a CIP. O Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade dos votos. Projeto fica incluído na Ordem do Dia, tendo como Relator Especial o Vereador Mira. PLO Nº 117/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a suprir dotação da Secretaria de Educação. O Requerimento foi votado e

aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Projeto fica incluído na Ordem do Dia, tendo como Relator Especial o Vereador Gumercindo. PLO Nº 120/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a suprir dotações do orçamento vigente. O Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Projeto fica incluído na Ordem do Dias, tendo como Relator Especial o Vereador Jean. PLO Nº 123/2016, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, aprovado pela Lei Municipal nº 4.208, de 21 de dezembro de 2015, destinado a atender insuficiências de dotação orçamentária. O Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Projeto fica incluído na Ordem do Dia, tendo como Relator Especial o Vereador Dr. Marcel. PLC Nº 21/2016, que altera as Leis Complementares nº 82, de 18 de julho de 2014, que estabelece normas para construção e funcionamento de postos revendedores de derivados de petróleo e álcool para fins automotivos no território do Município de Ibitinga, e a nº 08, de 21 de agosto de 2009, que instituiu o código de obras de Ibitinga. O Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Projeto fica incluído na Ordem do Dia, tendo como Relator Especial o Vereador Guilherme. O Presidente suspendeu a Sessão para emissão dos Pareceres. Apresentados os Pareceres a Sessão foi reiniciada e passou-se para votação dos projetos. Constou do PLO Nº 116/2016, que foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 117/2016, que foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 120/2016. Por haver Emenda apresentada pelo Parecer do Relator, esta foi discutida, votada e aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida, o Projeto com Emenda foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 123/2016. Por haver Emenda apresentada pelo Parecer do Relator, esta foi discutida, votada e aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida, o Projeto com Emenda foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLC Nº 21/2016. Por haver Emenda apresentada pelo Parecer do Relator, esta foi discutida, votada e aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida, o Projeto com Emenda foi discutido. O Vereador Mira usou da palavra para dizendo que essa proposta de alteração da Lei de autoria do nobre Vereador Jean, também de uma Lei Complementar do Plano Diretor, apenas para fazer algumas adequações. No Projeto original constava que os terrenos devem ter 1.000 metros quadrados, e só foram alterados os terrenos que forem de esquina, reduzindo para 500 metros quadrados e os que não forem de esquina, continuam com uma área de 1.000 metros quadrados. Houve essa redução porque hoje os terrenos são menores e os equipamentos que estão instalados nos postes também são menores e o terreno sendo de esquina fica fácil a mobilidade de veículos dentro desse espaço. Outra alteração básica feita foi a distância entre os postos revendedores das escolas e locais de concentração de grande público. Também disse que temos em Ibitinga atualmente 13 postos em funcionamento e 1 em construção, e que pela quantidade de habitantes em Ibitinga, disse que estes postos são poucos e essa lei dará oportunidade para a construção de mais. A grande preocupação é a segurança, mas a lei cita que outros órgãos fiscalizam, ou seja, para obter a licença de um posto de gasolina, precisa batalhar. Disse que não se trata de projeto político, mas sim de melhoria para que a nossa população tenha a oportunidade e facilidade de ter acesso a essas locais. Em seguida, o Projeto com Emenda foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Constaram também os Projetos: PLO Nº 78/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. Por haver Emenda apresentada pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, esta foi discutida, votada e aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida, o Projeto com Emenda foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 79/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, criado pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Por haver Emenda apresentada pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, esta foi discutida, votada e aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida, o Projeto com Emenda foi votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 83/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. O Projeto foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 84/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, criado pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. O Projeto foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 103/2016, que altera o Plano Plurianual – PPA, criado pela Lei Municipal nº 3.789, de 27 de novembro de 2013. O Projeto foi discutido, votado e aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 104/2016, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, criado pela Lei Municipal nº 4.106, de 24 de junho de 2015. Por haver Emenda apresentada pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, esta foi discutida, votada e aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida, o Projeto com Emenda foi discutido, votado e aprovado

